

Censura nas Universidades

PÁGINA 6

Foto: Pixabay

LEIA TAMBÉM

■ A rotina de quem está na linha de frente da vacinação em Pelotas

PÁGINA 8

■ Museu digital constrói memória sobre isolamento durante a pandemia

PÁGINA 9

Retorno às aulas presenciais e a política de morte dos governos genocidas

Abril foi mais um mês de tristes recordes no Brasil, no Rio Grande do Sul e em Pelotas. Já são mais de 400 mil pessoas que perderam a vida em decorrência da pandemia e das políticas genocidas dos governos que aí estão.

Enquanto se abre CPI para investigar o descaso com a vida da população, o governo federal segue desmontando os direitos sociais através das privatizações, não investe na aquisição de vacinas para salvar vidas e é humilhado mundialmente nas cúpulas internacionais que se reúnem para pautar políticas globais. O gover-

no brasileiro é um fracasso sob qualquer perspectiva do povo trabalhador. Só é motivo de sucesso para os grandes ricos que exploram trabalhadores e trabalhadoras, para pastores de igrejas neopentecostais que exploram a fé e a ignorância para lucrar, para latifundiários que destroem a natureza do nosso país para extrair commodities e envenenar a comida da nossa gente e também para meia dúzia de pessoas que estão em sua bolha propagando as fake news que recebem todos os dias em seus grupos de aplicativos de mensagens.

Como se não bastasse

esse fracasso todo, os governos federal, estadual e do município de Pelotas investiram pesado para que as aulas presenciais retornassem. Estes são totalmente subordinados aos interesses empresariais, e sempre colocaram o lucro destes acima da vida das pessoas que trabalham.

As articulações do governo federal no Congresso Nacional para aprovar legislação de essencialidade da educação; as manipulações de cores de bandeiras que fez o governo Eduardo Leite (PSDB) para não cumprir as determinações judiciais; a retomada de aulas

do setor privado autorizada pela prefeita Paula Mascarenhas (PSDB), demonstram que estes governos capachos estão unidos pela política de morte.

No pior momento da pandemia, em que se morre e se contamina mais gente, estes governos exigem a retomada de aulas presenciais. Lutaremos e torçeremos para que as escolas não sejam a principal fonte dos obituários. Nunca deixamos de trabalhar durante a pandemia e não queremos que nos joguem à própria sorte com nossas vidas em risco.



Jornal VOZ DOCENTE / Publicação da Associação dos Docentes da UFPel - Seção Sindical do ANDES-SN (ADUFPel) . Tiragem: Digital (excepcionalmente durante a pandemia de COVID-19)

Redação: Gabriela Venzke (MTB 0016368/RS) e Andriolli Costa (MTB 896/MS) - Diagramação: Andriolli Costa. Capa: Andriolli Costa. adufpel.org.br

Presidenta: Celeste dos Santos Pereira
Primeira Vice-Presidenta: Angela Moreira Vitória
Segundo Vice-Presidente: Francisco Carlos Duarte Vitória
Secretária Geral: Miriam Cristiane Alves
Primeiro Secretário: José Carlos Marques Volcato
Segunda Secretária: Larissa Dall'Agnol
Primeiro Tesoureiro: Robinson Santos Pinheiro
Segundo Tesoureiro: Avelino da Rosa Oliveira
Terceiro Tesoureiro: Giovanni Ernst Frizzo

Contato: secretaria@adufpel.org.br / (53) 98405-3726
 Colaborações e sugestões para o jornal: imprensa@adufpel.org.br
 Endereço: Major Cícero de Góes Monteiro, 101 - Centro - Pelotas . Cep: 96015-190 .

ATENDIMENTO EXTERNO: suspenso durante pandemia de COVID-19. Procure a ADUFPel-SSind por meios digitais das 8h às 12h e das 14h às 18h.

MURAL



Seções Sindicais do ANDES-SN no RS lançam campanha de luta em defesa da vida

O Brasil segue com escassez de vacina, falta de apoio ao trabalhador e desestímulo político ao isolamento social. Em meio ao pior momento da pandemia e ao desespero de famílias que precisam dar conta de trabalho doméstico, ensino à distância e redução salarial, a Reforma Administrativa ganha força no Legislativo, em mais uma jogada do Executivo para aniquilar os Serviços Públicos com a desculpa da falta de receitas.

No alvo, sempre os mais fracos: trabalhadoras e trabalhadores que precisam expor-se diariamente ao risco de contaminação pela

necessidade de garantir o pão de cada dia, em um contexto de insuficiência da resposta governamental às suas necessidades. Frente a isso, servidores e servidoras, mesmo em condições que só pioram, seguem firmes na luta para que a população tenha acesso à Saúde, à Educação, à Segurança, à Justiça e à Previdência.

Graças a eles, mesmo que tardiamente, conseguimos produzir nacionalmente a vacina contra o novo coronavírus, criar tecnologias para suprir as necessidades de saúde do momento, atender às centenas de milhares de

pessoas contaminadas e assistir às famílias despedaçadas pela doença.

Por isso, as seções sindicais do ANDES-SN no Rio Grande do Sul, em sintonia com o Sindicato Nacional e outras entidades, lançaram, no final de abril, uma campanha unificada em defesa da vida, do serviço público e dos servidores e servidoras, que não podem ser responsabilizados pela incompetência e falta de vontade política dos governantes.

A comunicação será contra o PL 5595/2020 – que classifica como serviços essenciais a educação básica e superior – ,

a Reforma Administrativa, as intervenções em universidades federais e o Ensino Remoto. As peças informativas serão mantidas no ar durante os meses de maio e junho.

Esse texto foi elaborado pela Seção Sindical do ANDES-SN na UFRGS, com a colaboração da ADUFPEL, da APROFURG, da SEDUFSM, da SESUNIPAMPA e do SINDOIF. Na página ao lado, é possível conferir uma das artes da Campanha. Siga nossas redes sociais para acompanhar as demais publicações.

Eleições 2021 para diretoria da ADUFPEL terão chapa única

A inscrição da chapa única “Autonomia e luta”, que irá disputar as eleições para a diretoria da ADUFPEL-SSind, biênio 2021-2023, foi homologada na tarde desta quarta-feira (28) pela Comissão Eleitoral. As inscrições encerraram-se no dia 23 de abril e a votação ocorrerá no dia 25 de maio.

O grupo, composto por nove integrantes, traz como presidente a professora de licenciatura em Música da UFPel, Regiana Blank Wille, e vice-presidente o professor aposentado Luiz Henrique Schuch. Entre as principais propostas da chapa estão: a defesa da democracia; a

defesa mais ampla dos serviços públicos de qualidade, como direito de cidadania; a autonomia universitária e o dever do Estado com seu financiamento; o direito inalienável à organização dos/as trabalhadores/as; a ADUFPEL como organização de base do ANDES-SN defensora de sua filiação à Central Sindical e Popular (CSP-Conlutas). Acesse aqui o conteúdo programático da chapa.

Presidente:

- Regiana Wille
(Centro de Artes)

Primeiro Vice-Presidente:

- Luiz Schuch (Aposentado)

Segunda Vice-Presidente:

- Valdelaine Mendes
(Faculdade de Educação)

Secretária Geral:

- Celeste Pereira (Aposentada)

Primeira Secretária:

- Elaine Neves (Aposentada)

Segundo Secretário:

- Diogo Rios
(Inst. de Física e Matemática)

Primeiro Tesoureiro:

- Henrique Mendonça
(Faculdade de Agronomia)

Segunda Tesoureira:

- Beatriz Fanchini
(Faculdade de Enfermagem)

Terceiro Tesoureiro:

- Júlio Spanó
(Faculdade de Odontologia)

Eleições

As eleições para a diretoria ocorrem no dia 25 de maio. Podem votar todas/os docentes sindicalizados/as até 24 de fevereiro de 2021. Mais próximo da data serão divulgadas mais orientações sobre o processo de votação. Junto às eleições da chapa, ocorre a escolha do Conselho de Representantes de cada unidade. Uma lista com os nomes de interessados estará disponível no momento da eleição.



Oscar chega mais acessível e diverso em 2021

A edição deste ano do Oscar foi atípica. A pandemia trouxe não somente mudanças no formato e na data de realização da cerimônia de premiação, que foi adiada e acabou acontecendo em 25 de abril, como também resultou na flexibilização de inscritos, possibilitando a inclusão de filmes produzidos em plataformas de streaming e uma maior diversidade.

Com os cinemas fechados em vários países, que até então eram os responsáveis por divulgar as principais obras cinematográficas, a Academia de Artes e Ciências Cinematográficas de Hollywood decidiu alterar temporariamente as normas de inscrição e passou a aceitar filmes lançados apenas em plataformas de streaming ou de vídeo sob demanda. Anteriormente,

para concorrer a uma estatueta, um filme precisava ser exibido em um cinema em Los Angeles por ao menos sete dias.

Para quem assina essas plataformas, é possível ver boa parte das obras (mais de 20) em segurança e no conforto de casa. Estão disponíveis longas e curtas metragens, documentários e animações na Netflix, Amazon Prime, Apple TV e Disney+.

A Netflix liderou a lista, com 16 filmes que totalizaram 35 indicações. O seu filme "Mank", de David Fincher, que revisita o prestigiado "Cidadão Kane", recebeu mais indicações do que qualquer outra produção, se tornando o protagonista da edição com dez indicações, incluindo Melhor Filme, Melhor Ator para Gary Oldman,

Melhor Atriz Coadjuvante para Amanda Seyfried e Melhor Diretor.

Em seguida, o drama "Os Sete de Chicago" teve seis indicações, incluindo Melhor Filme, e "A Voz Suprema do Blues" recebeu cinco, entre elas de Melhor Ator e Melhor Atriz para Chadwick Boseman, que faleceu em agosto de 2020, e Viola Davis.

O maior concorrente da Netflix, Amazon Prime, recebeu 12 indicações, incluindo Melhor Filme para "O som do silêncio" e duas indicações para Melhor Roteiro Adaptado com "Borat 2" e "Uma Noite em Miami". Já outros serviços, como Apple

TV e Disney+ garantiram suas primeiras nomeações.

Diversidade

O Oscar 2021 também incorporou uma diversidade muito maior e nunca antes vista na história. A Academia seguiu, parcialmente, na contramão dos outros anos e os avanços surpreenderam. Após 92 edições negligenciando determinados grupos de artistas, foi ampliado,

consideravelmente o número de produções envolvendo mulheres, negros e estrangeiros.

As tentativas de tornar o evento menos excludente, buscando a reparação

Chloé Zhao fez história, tornando-se a segunda mulher a vencer como Melhor Direção.

por injustiças raciais e de gênero, começaram em 2016, causadas pelo movimento nas redes sociais #OscarSoWhite, mas os resultados positivos foram aparecendo a passos lentos.

No ano passado, o comediante Chris Rock, que esteve ao lado de Steve Martin como mestre de cerimônia, fez duras críticas à falta de diversidade. Na ocasião, Rock reforçou que apenas uma única pessoa negra havia sido indicada aos prêmios de atuação, enquanto que Martin brincou: "Chris, pense no quanto o Oscar mudou nos últimos 92 anos. Em 1929 não havia uma única pessoa negra indicada nas categorias de atuação. Agora, em 2020, temos uma".

Foi também em 2020 que o sul-coreano "Parasita" venceu como Melhor Filme, dei-

xando uma importante marca na história da premiação e abrindo espaço para futuras produções estrangeiras.

Este ano, o evento chegou mais plural e quebrando diversos recordes. Indicada por "A Voz Suprema do Blues", Viola Davis - agraciada com Oscar de Melhor Atriz Coadjuvante em 2017 por seu desempenho em "Fences" - tornou-se a primeira mulher negra a ser nomeada duas vezes na categoria de Melhor Atriz.

Esta edição também foi um marco na nomeação do primeiro muçulmano (Riz Ahmed), do primeiro asiático-americano (Steven Yeun) e da primeira coreana (Yuh-Jung Youn) a concorrerem aos prêmios de Melhor Ator e Atriz, ocupando o espaço que, anteriormente, seria de apenas um.

Ainda, a obra "Judas e o Messias Negro" quebrou outra barreira da premiação, tornando-se a primeira integralmente produzida por negros a ser indicada a Melhor Filme. Somando-se a isso, foi a primeira vez que dois atores negros do mesmo filme disputaram um prêmio de Melhor Ator Coadjuvante: Lakeith Stanfield e Daniel Kaluuya, que acabou levando a estatueta pra casa. Não bastando, também foi a produção com mais negros indicados até hoje: dez pessoas. O detentor anterior do recorde foi "A Cor Púrpura" (1985), com sete indicações.

Além disso, o número de mulheres indicadas bateu recordes. Foram, ao todo, 16 diretoras - o dobro do ano anterior, representando 32% dos indicados da noite. Pela primeira vez, duas concor-

reram por Melhor Direção: Emerald Fennell, por "Bela Vingança", e Chloé Zhao, por "Nomadland".

Em uma categoria dominada por homens, que até então teve apenas sete mulheres indicadas, Zhao fez história duas vezes, tornando-se a segunda mulher a vencer a como Melhor Direção e a primeira asiática. Até o momento, apenas Kathryn Bigelow havia vencido, por "Guerra ao Terror", há dez anos. Enquanto isso, mais de 500 homens já disputaram o mesmo prestígio.

"Nomadland" consagrou-se também como Melhor Filme e a protagonista Frances McDormand venceu como Melhor Atriz pela terceira vez. Já o longa "Bela Vingança" ganhou como Melhor Roteiro Original, sendo rodado em apenas 23 dias.



O que assistir



Judas e o Messias Negro

O filme é um drama histórico que reconta o jogo sujo do FBI contra os membros do Partido Panteras Negras na década de 1960. Por levantarem a bandeira do socialismo e incorporar nela a luta antirracista, dando apoio a comunidades negligenciadas pelo governo, os Panteras Negras foram nomeados como a "maior ameaça à segurança do país". Isso fez com que fosse criado um programa de vigilância para perseguir e matar seus líderes. Para se infiltrar no grupo e ajudar na ação, o FBI recrutou um homem negro, que vivia de golpes e roubos. A história toda é baseada em fatos reais.



Nomadland

Embora não seja baseado em uma história real, Nomadland representa a realidade de inúmeras pessoas que vivem como nômades, por escolha própria ou por circunstâncias da vida. O longa é baseado no livro homônimo de Jessica Bruder e constitui-se como um relato profundo de nômades contemporâneos do período pós-recessão. A narrativa acompanha uma mulher de 61 anos que teve sua vida completamente revirada após perder seu emprego, sua casa e seu marido. Sua história se entrelaça com a de outras pessoas que vivem em situação semelhante, mas ao mesmo tempo mostra o quanto solitário pode ser o caminho trilhado.



Créditos: Aduferpe

Perseguição a docentes integra projeto de ataque à Educação

Em janeiro de 2021, a professora Erika Suruagy, da Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE) se viu como réu de um inquérito policial, tendo como base o artigo 141 do código penal: injúria contra funcionário público. Não demoraria muito para ela descobrir que o inquérito, movido pelo Ministério da Justiça, fora aberto a pedido do próprio presidente da República.

O motivo foi uma ação realizada em agosto de 2020. Na época, a professora estava à frente da Aduferpe, a associação de docentes da instituição, quando foram espalhados pelo estado de Pernambuco uma série de outdoors denunciando a responsabilidade do presidente quanto aos óbitos por conta do Covid-19 no Brasil. Na

época eram cerca de 120 mil; hoje são quase 400.

Erika Suruagy, que hoje está na vice-presidência da Aduferpe, relatou em entrevista ao podcast Viração que ficou estarecida com o uso do aparato do estado. “Foi uma clara tentativa de intimidação, de censura, de uma ação aprovada pelas instâncias do próprio sindicato. Então eu, indivíduo, tive que responder por uma campanha coletiva a partir da criminalização de uma ação legítima”.

O inquérito foi arquivado no final de abril. Todavia, independentemente do re-

sultado final, as mensagens do governo são claras: uma política extremamente personalizadora como a de Jair Bolsonaro incentiva igualmente o ataque a indivíduos, como se fossem eles avatares daquilo que é indesejável para o poder instituído. E com um governo marcadamente negacionista e anticientificista, os profissionais da Educação se tornam alvos constantes.

É o que aconteceu, por exemplo, com a professora Larissa Bombardi, do departamento de geografia da USP. Em carta aberta publicada em março ela denunciou, para toda a comuni-

dade acadêmica, os ataques que passou a sofrer desde a publicação de suas pesquisas expondo os impactos do uso de agrotóxicos para toda a população, mas especialmente para as comunidades rurais. São em média oito casos de intoxicação notificados ao Ministério da Saúde por dia, sendo que a projeção é que para cada caso notificado haja 50 que não o são.

A repercussão da pesquisa, seja na mídia, seja ao fechar alguns mercados internacionais para o agronegócio brasileiro gerou revolta de representantes do setor no Brasil. Um dos grandes exemplos apontados pela professora é o ex-deputado da bancada do boi Xico Graziano, que mais de uma vez incitou ataques à pesquisa-

"Eu, como indivíduo, tive que responder por uma campanha coletiva", critica Erika Suruagy.



Profa. Larissa Bombardi precisou deixar o país

dora.

Temendo por sua integridade após uma série de ameaças diretas e indiretas, além de uma invasão suspeita à sua casa, Larissa Graziano decidiu deixar o país.

Ela já havia recebido a recomendação de que deveria alterar com frequência rotina e horários para se proteger de ataques,

e estava morando na casa de amigos com as filhas desde o assalto sofrido em 2020. Agora vai se dedicar a um pós-doutorado na Bélgica, para onde informou que se mudaria já em abril. No entanto, sai fazendo barulho; recusando-se a ficar calada.

Outro acontecimento que marcou o ano de 2021 foi o ocorrido com os professores da UFPel Pedro Hallal e Eraldo dos Santos Pinheiro, investigados por fazerem críticas ao presidente durante a cerimônia de posse de nova reitoria. Os dois tiveram que assinar um Termo de Ajustamento de Conduta, comprometendo-se a não repetir ações semelhantes pelos próximos dois anos para que o caso fosse arquivado.

Projeto

Em entrevista ao podcast da ADUFPEL, a presidente do ANDES-SN, Rivânia Moura, avalia que tanto a perseguição e censura individual aos docentes quanto os ataques a nível estrutural fazem parte de um mesmo projeto político. E isso se reflete desde o discurso par-

oficial (classificando as universidades como espaço de “balbúrdia”), no aporte de verbas cada vez mais enxutas para garantir o funcionamento das universidades e também na interferência direta em sua gestão.

“Desde junho de 2019 até o presente, 25 instituições federais sofreram intervenção”. Isto é, são Universidades e Institutos com reitores que não foram escolhidos pela comunidade acadêmica. Isso é um ataque frontal à autonomia das nossas instituições”, reforça ela. Nos espaços onde

"Desde junho de 2019 até o presente, 25 instituições federais sofreram intervenção".

há intervenção, a voz da presidência ecoa. “Tem sido comuns relatos de perseguições políticas e processos administrativos contra professores, estudantes e técnicos que vão contra qualquer ação do governo federal”. Um reforço deste lugar de autoritarismo e silenciamento que se tenta construir nas instituições de ensino.

há intervenção, a voz da presidência ecoa. “Tem sido comuns relatos de perseguições políticas e processos administrativos contra professores, estudantes e técnicos que vão contra qualquer ação do governo federal”. Um reforço deste lugar de autoritarismo

e silenciamento que se tenta construir nas instituições de ensino.

Vale lembrar que em fevereiro de 2021, o Ministério da Educação enviou para todas as IFEs um ofício onde recomendava-se “prevenir e punir atos político-partidários nas instituições públicas federais de ensino”. Uma violência contra os espaços de livre-pensar que as instituições sempre representaram. Dias depois, o ofício foi suspenso e o MEC voltou atrás. No entanto, como lembra Rivânia, a prática permanece. “O ofício era muito explícito, mas a perseguição, o cerceamento e a censura têm sido comuns. Seja com uma faixa na rua, uma live, pronunciamento ou um outdoor. Tudo isso tem sido objeto de per-

seguição política nas nossas instituições de ensino”.

Qual seria o interesse de um governo que sempre manifestou seu desprezo com a ciência e o saber acadêmico em controlar sua gestão? A presidente do ANDES-SN reforça que não são questões isoladas. São todas ações alinhadas com a destruição da educação pública. Diminuir o orçamento, inviabilizando seu funcionamento abre espaço para a perspectiva de privatização por dentro das instituições. Utilizar os interventores para facilitar a tramitação dos processos é igualmente estratégico.

“A perspectiva é a eficiência, a busca de recursos, mas na verdade significa permitir que o capital se aproprie das instalações, da nossa ciência, da nossa produção de conhecimento, da nossa condição de ensinar e aprender”, avalia. “É um projeto que prevê tornar tudo em mercadoria”.

Para Rivânia, o momento é de luta constante contra o desmonte da educação pública. Há um histórico de vitórias sindicais, reforça, que mostram que a batalha nunca está perdida.



Rivânia Moura prevê projeto de privatização do ensino





UFPel na linha de frente da vacinação em Pelotas

“Nossa formação foi providenciada pela população e é uma tarefa que a gente cumpre com o maior prazer, a de devolver o que a gente recebeu dela, hoje, em forma de trabalho”. É dessa forma que a docente aposentada do curso de Enfermagem e presidente da ADUFPel, Celeste Pereira, enxerga o trabalho desempenhado pelos e pelas profissionais e estudantes da UFPel que estão na linha de frente da vacinação contra a Covid-19 em Pelotas.

Celeste está ao lado de tantos outros enfermeiros e enfermeiras, como a professora Beatriz Franchini. Junto a alunos da UFPel e de demais instituições de ensino, elas participam desse importante momento para o país, que ficará marcado na história, na memória e em fotografias registradas diariamente por quem passa pelos locais de vacinação.

A gravidade da situação pela qual atravessa o país também fez com que Pereira sentisse a necessidade de se voluntariar. Após trabalhar duas décadas na rede municipal e uma como professora universitária, viu a oportunidade de atuar novamente, de reencontrar seus pares e rever os alunos, conforme conta.

“A nossa escola, em particular, está de parabéns e os

nossos alunos são muito guerreiros em estar ali disponíveis fazendo o seu melhor. Me sinto muito privilegiada de poder disponibilizar o meu trabalho para a comunidade”, salienta.

Parceria

Desde janeiro deste ano, quando chegaram em Pelotas os primeiros lotes de vacinas, a Faculdade de Enfermagem uniu-se à Prefeitura e à Secretaria de Saúde para dar início à campanha de imunização da população. Alguns dos primeiros a receberem as doses foram os idosos que vivem em Instituições de Longa Permanência e lá estava a professora Beatriz.

A parceria com a Prefeitura, relata, é de longa data e sempre esteve de portas abertas para a Faculdade. Além disso, não é novidade a participação da UFPel nas campanhas de vacinação que acontecem anualmente, como também a atuação nos postos de saúde.

Como o momento é de anormalidade e, por consequência, as atividades práticas tiveram de ser suspensas, o curso de Enfermagem encaminhou um pedido à reitoria da UFPel para que autorizasse o apoio, de forma voluntária, à vacinação contra a Covid-19.

“É uma troca. O município sempre recebeu bem a Fa-

culdade de Enfermagem e a Faculdade se coloca sempre à disposição quando o município precisa”, esclarece Beatriz. “Pelotas tem muito poucas pessoas específicas que coordenam o setor de vacinas, então não tinham equipes para realizar essas vacinações e precisaram contar com toda uma parceria”.

A participação de estudantes começou em 11 de fevereiro, com a colaboração do 9º semestre nas 7 Unidades Básicas de Saúde (UBS) designadas para vacinação dos idosos (Simões Lopes, Laranjal, Bom Jesus, Salgado Filho, Fraget e Lindóia) e agora segue com a vacinação de outros grupos, em outros locais também.

Além dos alunos da Enfermagem da UFPel, integram a ação estudantes de Odontologia e de outras instituições como: UCPel, Anhanguera, curso técnico Dimensão, escola Estilo e escola técnica Senac. Todos formam o corpo de futuros profissionais. Muitos deles, bem como os docentes, começaram a participar sem ainda estarem imunizados.

Este momento para os estudantes é de um aprendizado ímpar, segundo Beatriz. Já para Celeste, é uma oportunidade única, que ao mesmo tempo que devolve à população

aquilo que foi recebido dela, a oportunidade de formação em uma universidade federal, também propicia a formação técnica dos alunos.

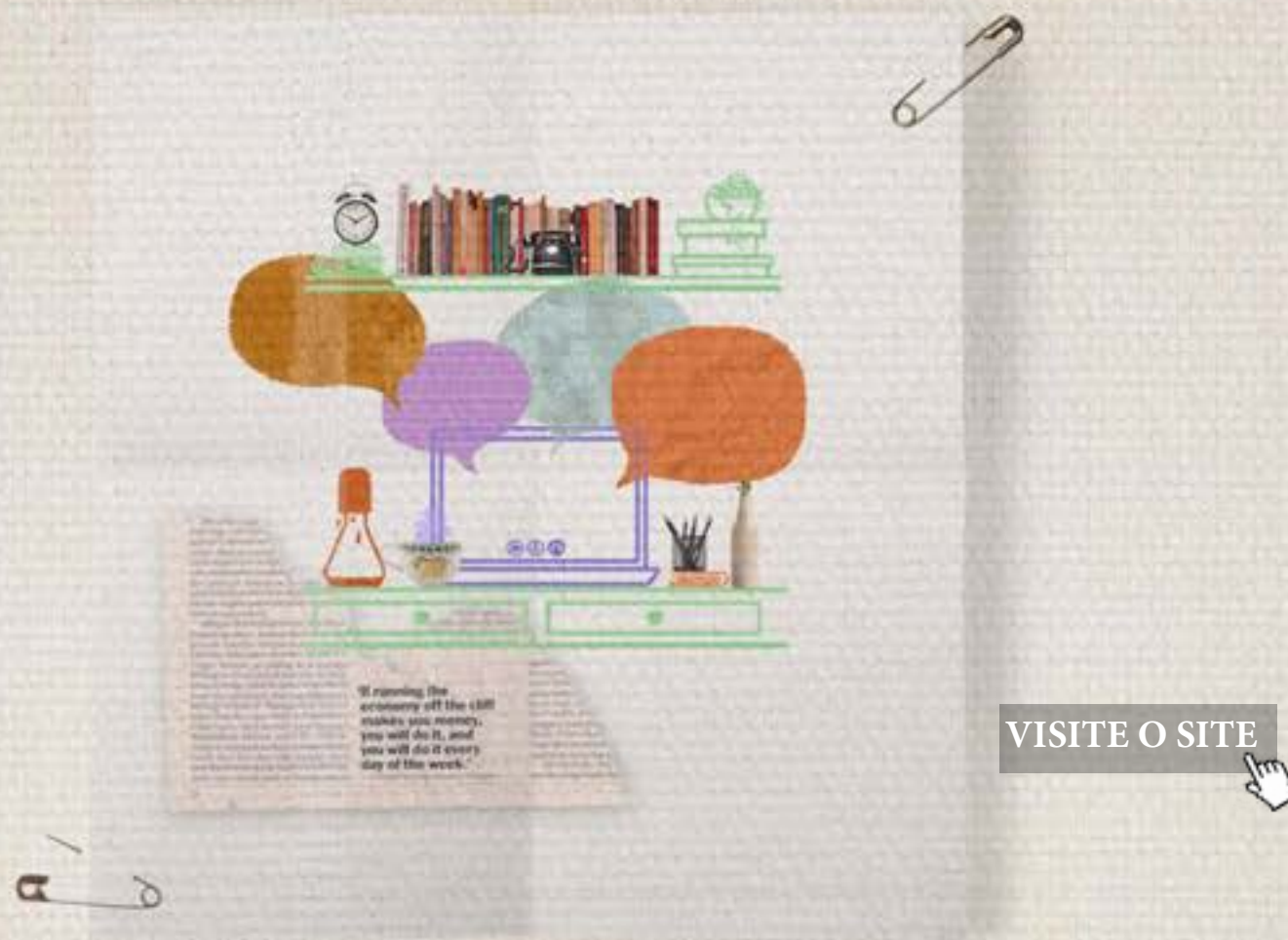
Desmonte da saúde pública

As professoras também criticam a atuação do governo federal diante da pandemia que levou ao estado atual de calamidade e reforçam o papel do SUS em salvar vidas.

Para Pereira, a vacinação tem demonstrado às pessoas o quanto o discurso negacionista é equivocado e o quanto o SUS e os profissionais da saúde são fundamentais e devem ser defendidos. “A rede privada não tem dado conta e o tratamento tem sido realizado, sim, pela rede pública de saúde. Do ponto de vista da prevenção, é inegável o trabalho de extrema relevância dos profissionais da atenção básica de saúde”.

Por fim, Beatriz frisa a importância de todos se vacinarem. “A receptividade da população tá sendo muito importante até por causa dos dados na diminuição de interação. Isso também encoraja muitas pessoas a fazerem a vacina porque sabem que tem eficácia. A pessoa mesmo vacinada pode pegar Covid, mas não vai desenvolver numa forma grave”.

Projeto constrói memória sobre a pandemia em museu virtual



Apesar daquilo que é tantas vezes repetido no popular, não é apenas o passado que é “coisa de museu”. Um projeto museal, explica o professor da UFPel Daniel Viana de Souza, deve permitir que a população se reconheça dentro do espaço. Nesse sentido, o presente também pode muito bem fazer parte de um acervo. E não há nada mais presente na vida das pessoas, no último ano, do que a pandemia.

Foi com isso em mente que, ainda em 2020, o Núcleo de Estudos sobre Museus, Ciência e Sociedade (NEMuCS) da Universidade criou o Museu “Diários do Isolamento”, o MuDI. Daniel, que é o coordenador tanto do núcleo quanto do projeto de extensão que deu forma ao museu virtual esclarece: o objetivo não é preservar, mas “construir uma

memória” sobre os tempos pandêmicos.

Ao interpretar o tempo presente, em todas as suas idiossincrasias, um dos grandes propósitos do projeto é o de socializar experiências de quarentena. Dessa forma, os visitantes poderão ter o entendimento de que seu sofrimento também é coletivo. Que a pandemia, o des-governo, a solidão impactaram a todos – e das mais variadas maneiras.

“A pandemia expôs as veias da desigualdade e situações que já eram evidentes ficaram ainda mais explícitas”, reflete o coordenador. Portanto, uma das perspectivas orientadoras do MuDI foi também o de construir

essa memória a partir da diversidade e da diferença.

Uma das seções do museu, por exemplo, é a exposição temporária (RE) EXISTÊN-

"A pandemia expôs as veias da desigualdade e situações que já eram evidentes ficaram mais explícitas".

CIA: os vários lugares da mulher na pandemia. Nas palavras dos próprios organizadores, trata-se de uma janela para o diálogo. Na primeira fase da exposição, a seção contém o depoimento de nove mulheres cientistas; na seguinte, o corpo será formado por mulheres artistas.

Entre as exposições permanentes, encontramos também a curadoria de informações. Há uma seção dedicada apenas às fake news – não apenas para ca-

talogá-las, mas para desmentí-las em contraste com a informação correta; e ainda uma outra que traz um clipping de notícias sobre a pandemia de fontes fidedignas. Também no museu há espaço para divulgação científica – compartilhando os avanços e as pesquisas relacionadas à pandemia.

O MuDI também dispõe de fragmentos de entrevista ou relatos (que podem ser na forma de texto, vídeo ou áudio) de pessoas que tiveram vivências diretas relacionadas à Covid-19. As entrevistas na íntegra estão disponíveis, para pesquisa, através do endereço de e-mail: mu-diufpel@gmail.com. “O que dá legitimidade para um museu é o fato de que ele é um espaço que existe para as pessoas, pelas pessoas e com as pessoas”, finaliza Daniel.

Câmara aprova projeto que torna educação serviço essencial



A Câmara dos Deputados aprovou, na madrugada do dia 21 de abril, o Projeto de Lei (PL) 5595/202 que reconhece a Educação Básica e o Ensino Superior, em formato presencial, como serviços e atividades essenciais. Ou seja, proíbe a suspensão de aulas presenciais durante pandemias e calamidades públicas, exceto se houver critérios técnicos e científicos justificados pelo Poder Executivo quanto às condições sanitárias do estado ou município.

O PL, de autoria das deputadas federais Paula Belmonte (Cidadania-DF) e Adriana Ventura (Novo-SP), já tramitava em regime de urgência na Casa desde o dia 13 de abril. O próximo passo seria seguir para o Senado, mas a pressão da população fez com que fosse retirado da pauta. No entanto, não há garantias de que ele deixará de entrar em discussão.

A aprovação acontece em meio a um dos momentos mais críticos da Covid-19 no Brasil e vai na contramão do que é defendido por especialistas: a necessidade de medidas restritivas ainda mais rígidas, devido ao aceleração da pandemia e atraso na vacinação.

Conforme o texto, a suspensão das atividades acadêmicas presenciais poderá ocorrer em “situações excepcionais e baseada em critérios científicos comprovados”. Como argumento, o projeto afirma que educação é um direito social e fundamental, além de ser uma garantia básica que deve ser compartilhada pela sociedade. Ainda, reforça que o Brasil “destoa” de outros países por estar há mais de 265 dias sem aulas presenciais, sem nenhuma garantia de retorno.

Isto é, o PL desconsidera a gravidade da situação e faz uma comparação incabível. Atualmente, o Brasil é visto como uma ameaça global. Em contraste com as demais nações, tem uma das maiores taxas de transmissão da doença, está entre as que menos fazem testes e ocupa a 2ª posição em relação à taxa de mortes por milhão de habitantes.

O texto ainda estipula, para o retorno às aulas, alguns critérios, como dar prioridade à vacinação de professores e funcionários de escolas públicas e privadas e a prevenção ao contágio de estudantes, profissionais e familiares. As ações

deverão ocorrer em concordância com estados e municípios e ter a participação de órgãos de educação, saúde e assistência social.

Também define medidas de infraestrutura sanitária, com a disponibilização de equipamentos de higienização e proteção, incluindo máscaras, álcool em gel 70%, água e sabão, no recreio, durante a alimentação e no transporte escolar.

Proposta criticada

Parlamentares de vários partidos, entidades sindicais e estudantes veem a proposta como um risco a estudantes, docentes e demais trabalhadoras e trabalhadores da educação. Mesmo aqueles favoráveis à volta das aulas consideram que o PL deve ser melhor discutido.

Segundo o ANDES-SN, o projeto também interfere na autonomia de estados e municípios sobre a decisão de abertura ou não de escolas e universidades de acordo com suas condições. Fere a autonomia universitária, prevista na Constituição, que assegura às instituições decidir sobre o funcionamento das instituições de ensino superior.

A presidente do Sindicato Nacional, Rivânia Moura, afirmou que a categoria docente é completamente contrária à medida e enfatizou que as necessidades, neste momento, são outras. “O que precisamos, com urgência, é de vacina para todas e todos, de um lockdown nacional para conter o número de contágio e mortes, amparado por um auxílio emergencial digno, acima de 600 reais, que permita que as pessoas fiquem em casa sem passar fome. Quanto mais rápido imunizarmos a população, mais rápido poderemos retomar as atividades presenciais sem risco para todas e todos”.

O ANDES-SN também posicionou-se em nota, na qual apontou que o genocídio promovido pelo governo Bolsonaro será acelerado a partir da aprovação do PL e exigiu “a destinação de mais recursos para o SUS, a ciência e a tecnologia pública, além da urgente recomposição dos orçamentos das instituições superiores de ensino, pois sem essas medidas não haverá saída para barrarmos a proliferação do vírus e o aprofundamento dessa tragédia humana”.